

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

PROCURADOR LEGISLATIVO

Código: 312

LEIA COM ATENÇÃO AS SEGUINTE INSTRUÇÕES

1. Este caderno contém as questões da **Prova Objetiva**.
2. Use a Folha de Respostas (versão do Candidato) reproduzida ao final deste caderno apenas para marcar o Gabarito.
3. Ao receber a **Folha de Respostas da Prova Objetiva**:
 - Confira seu nome, número de inscrição e cargo.
 - Assine, **A TINTA**, no espaço próprio indicado.

4. **ATENÇÃO**: transcreva no espaço apropriado da sua **FOLHA DE RESPOSTAS**, com sua caligrafia usual, mantendo as letras maiúsculas e minúsculas, desconsiderando aspas e autoria, a seguinte frase:

“A esperança é o sonho do homem acordado.” Aristóteles

ATENÇÃO:

FOLHA DE RESPOSTAS SEM ASSINATURA NÃO TEM VALIDADE.

5. Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas**:

01 A B C D • use apenas caneta esferográfica azul ou preta.

02 A B C D • preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão.

03 A B C D • assinale somente **uma** alternativa em cada questão.

04 A B C D Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou rasuras.

NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.

A **Folha de Respostas** não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

ATENÇÃO: O tempo de duração das provas abrange a assinatura da Folha de Respostas e a transcrição das respostas do Caderno de Questões da Prova Objetiva (Folha de Respostas e rascunho) para o Caderno definitivo. Deverá ser resguardado o Período de Sigilo, não sendo permitido ao candidato se ausentar em definitivo da sala de provas antes de decorridas 2 (duas) horas do início das provas. Os candidatos não poderão utilizar, em hipótese alguma, lápis, lapiseira, corretivos, borracha ou outro material distinto do constante em Edital. Quaisquer acessórios como óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço ou similares não terão seu uso permitido. As instruções constantes no Caderno de Questões e na Folha de Resposta, bem como as orientações e instruções expedidas pela FUNDEP durante a realização das provas, complementam este Edital e deverão ser rigorosamente observadas e seguidas pelo candidato. Será proibida, durante a realização das provas, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou quaisquer outros meios. Será proibido, durante a realização das provas, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios, pagers, beep, agenda eletrônica, calculadora, walkman, notebook, palmtop, gravador, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico. Findo o horário-limite para a realização da prova, o candidato deverá entregar a Folha de Respostas da Prova Objetiva, devidamente preenchida e assinada, ao Aplicador de Sala, assim como o Caderno de Provas. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinar a Ata de Ocorrências da sala, atestando a idoneidade da fiscalização das provas, retirando-se da sala de prova de uma só vez.

O Caderno de Questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br, no primeiro dia útil subsequente à data de realização da prova.

DURAÇÃO MÁXIMA DA PROVA: 4 (QUATRO) HORAS

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, **60 (sessenta)** questões de múltipla escolha, cada uma constituída de 4 (quatro) alternativas de respostas, assim distribuídas: 7 (sete) questões de **Conhecimentos Gerais**, 8 (oito) questões de **Legislação**, 15 (quinze) questões de **Direito Administrativo**, 15 (quinze) questões de **Direito Constitucional**, 10 (dez) questões de **Direito Processual Civil** e 5 (cinco) questões de **Direito Urbanístico e Ambiental**, todas perfeitamente legíveis.

Havendo algum problema, informe **imediatamente** ao aplicador de provas para que ele tome as providências necessárias.

Caso não observe essa recomendação, não lhe caberá qualquer reclamação ou recursos posteriores.

QUESTÃO 1

TEXTO I

“Tempo afora, nos períodos colonial, provincial, república até mais ou menos 15 anos atrás, a generosa cucurbitácea era alimento de pouca valia, embora sua exuberante produção. Desprezada por boa parte da gente de paladar refinado, era considerada “comida de porco”, é de se admirar a ojeriza que o contagemense, com raras exceções no passado, nutria pelo cognome das Abóboras [...]. Ora, era comum que os viajantes, tropeiros que se dirigiam à região das Minas, se preocupassem com a sementeira e o plantio de sementes de alimentos: feijão, milho, mandioca, abóbora, ao longo dos caminhos percorridos por eles. Era uma forma de garantir o sustento, driblando a fome que rondava os trechos em direção à zona de mineração, problema sério de abastecimento na região das minas. A formação de pequenas roças era a garantia de alimentação para aqueles tropeiros, viajantes, transeuntes em geral que se dirigiam a Vila Rica e região.”

PREFEITURA DE CONTAGEM. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Atlas Escolar, Histórico, Geográfico e Cultural do Município de Contagem, Estado de Minas Gerais**. Contagem, 2009. p. 15-16. Disponível em: <https://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/comunicacao/atlascontagem.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

TEXTO II

15ª edição do “Festival Gastronômico das Abóboras” é realizada em Contagem

[...]

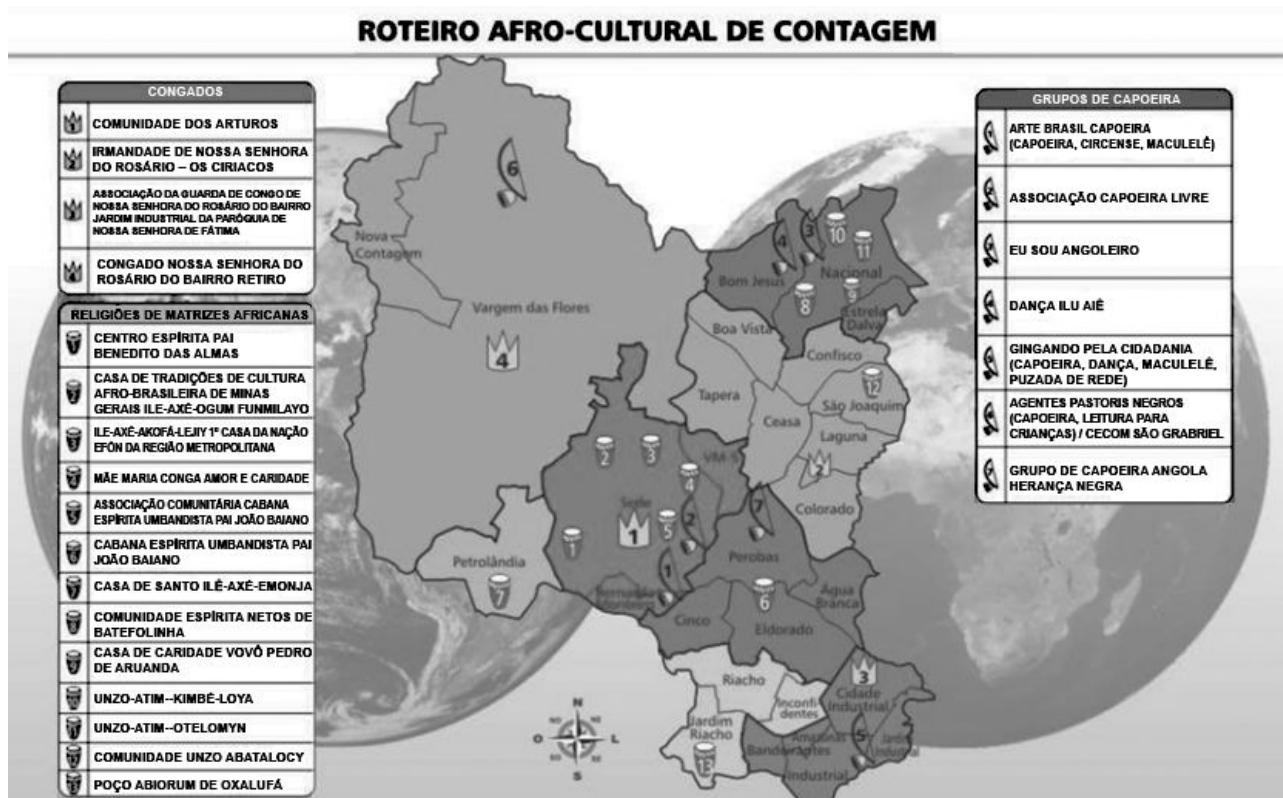
O Festival Gastronômico de Abóboras teve início em 2007, com o objetivo de promover o protagonismo da população idosa. Os grupos de convivência se reuniam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), para desenvolver receitas feitas com abóbora.

G1. 15ª edição do 'Festival Gastronômico das Abóboras' é realizada em Contagem. **G1**. Minas Gerais. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/o-que-fazer-em-belo-horizonte/noticia/2022/08/26/15a-edicao-do-festival-gastronomico-das-aboboras-e-realizada-em-contagem.ghtml>. Acesso em: 28 ago. 2022.

Em Contagem, tem se tornado tradição a realização do Festival Gastronômico das Abóboras, que faz referência

- A) à agricultura familiar, que, com o cultivo de abóboras, incentiva a população idosa a se manter ativa, tanto na produção quanto na cultura do município.
- B) à produção agrícola de Contagem, que tem no cultivo de abóbora um produto de destaque do setor econômico municipal.
- C) a um dos mitos sobre a fundação de Contagem, aludindo à região como sendo um dos pontos de alimentação de viajantes que se dirigiam para a região de mineração.
- D) ao cultivo de abóboras, destinadas à alimentação do gado que vinha da Bahia para as Minas, já que Contagem se situava no Caminho Geral do Sertão.

QUESTÃO 2



CONTAGEM. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Atlas Escolar, Histórico, Geográfico e Cultural do Município de Contagem, Estado de Minas Gerais**. Contagem, 2009. p. 22. Disponível em: <https://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/comunicacao/atlascontagem.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

No momento atual, as manifestações afroculturais no município de Contagem são expressivas e têm origem

- A) nas características econômicas coloniais da região, que demandavam o trabalho escravo.
- B) no respeito às expressões étnico-identitárias definidas pelo Estatuto da Igualdade Racial.
- C) nos investimentos públicos, objetivando projetar a cidade no cenário cultural nacional.
- D) nos dados do censo de 2010/IBGE, indicando que a maioria da população da cidade é negra.

QUESTÃO 3

O Questionário Básico da pesquisa conta com 26 questões e investiga as principais características do domicílio e dos moradores. Além disso, uma parcela dos domicílios é selecionada para responder ao questionário da Amostra, que conta com 77 questões. A investigação nos domicílios selecionados, efetuada por meio do Questionário da Amostra, inclui, além dos quesitos presentes no Questionário Básico, outros mais detalhados, bem como quesitos sobre temas específicos: características dos domicílios, identificação étnico-racial, nupcialidade, núcleo familiar, fecundidade, religião ou culto, deficiência, migração interna ou internacional, educação, deslocamento para estudo, trabalho e rendimento, deslocamento para trabalho, mortalidade e autismo.

IBGE. **O que é**. Censo Demográfico. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-2020-censo4.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 15 ago. 2022.

Assinale a alternativa que apresenta característica(s) do Censo 2022:

- A) As informações do Censo permitem a produção de retrato geral da sociedade brasileira, o que pode subsidiar a produção de políticas públicas específicas.
- B) Campanhas de divulgação do Censo se prestam a sensibilizar os cidadãos a receber e atender aos recenseadores, uma vez que a participação é facultativa.
- C) Dado o tamanho da população brasileira e a dificuldade de acesso a determinadas localidades do país, o Censo é realizado por amostragem simples.
- D) Para garantir um padrão único para a coleta de dados, todos os 75 milhões de domicílios brasileiros devem responder ao mesmo questionário.

QUESTÃO 4

Os aditivos industriais usados para tornar os ultraprocessados mais palatáveis também os tornam mais baratos, práticos e acessíveis [...]. “As pessoas mais pobres estão comendo comida de baixa qualidade porque é mais barato”, diz o [...] ex-secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

[...]

Além das doenças crônicas relacionadas ao excesso de peso, muitas crianças com obesidade – incluindo os níveis mais severos – não escapam da desnutrição. Não porque elas não têm o que comer, mas porque as dietas baseadas majoritariamente em produtos ultraprocessados costumam ser pobres em nutrientes essenciais. [...]

LICHOTTI, Camille. “Espoca-bucho” com salsicha, receita pra ficar doente de comida. **Revista Piauí**. Folha de S. Paulo. 28 jul. 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/epoca-bucho-salsicha-receita-ficar-doente-de-comida/>. Acesso em: 2 ago. 2022.

A reportagem indica o quadro de saúde de crianças no Brasil, sugerindo que

- A) a alimentação à base de ultraprocessados pode estar relacionada ao quadro de obesidade entre crianças.
- B) a obesidade infantil, se por um lado indica sinais de doenças crônicas, por outro mostra que a desnutrição nessa faixa etária está sob controle.
- C) a oferta de alimentos ultraprocessados é um meio de combate à fome, já que, por serem mais baratos, são de fácil consumo pela população mais pobre.
- D) os alimentos ultraprocessados mais baratos recebem recomendação médica por serem mais palatáveis, facilitando sua aceitação por crianças.

QUESTÃO 5

Contagem possui muitos bens tombados que, ao se tornarem patrimônio oficial, recebem proteção jurídica especial, considerando a sua função social. Entre esses bens materiais, está o prédio que foi construído na década de 1950 para abrigar o Seminário São José da Ordem dos Carmelitas, onde atualmente está o(a)

- A) Biblioteca Pública Municipal Doutor Edson Diniz.
- B) Casa da Cultura Nair Mendes Moreira.
- C) Prédio Administrativo da Itaú.
- D) Prefeitura Municipal de Contagem.

QUESTÃO 6

Síndrome de burnout

Desde 1º de janeiro, a síndrome passou a ser considerada doença ocupacional, após ser incluída na Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS). Na prática, significa que os acometidos agora possuem os mesmos direitos trabalhistas e previdenciários assegurados no caso das demais doenças relacionadas ao emprego.

SALES, Amanda. Síndrome de burnout [...]. **G1**. Distrito Federal. DF, 14 ago. 2022. Disponível em: [11nq.com/zzxMS](https://g1.globo.com/DF/14-ago-2022/11nq.com/zzxMS). Acesso em: 22 ago. 2022.

A classificação da Síndrome de burnout como doença ocupacional se explica porque

- A) é uma doença resultante da instabilidade no emprego, em decorrência das medidas de isolamento social por causa da pandemia da Covid-19.
- B) é uma enfermidade de natureza psicológica, que se desenvolve em situações de esgotamento provocado em ambiente de trabalho.
- C) é uma síndrome de mulheres que, submetidas à dupla jornada, comprovadamente, recebem menos que os homens para desempenhar as mesmas funções.
- D) é um mal que afeta pessoas em cargos de chefia superior, que se sentem psicologicamente pressionadas para comandar grandes equipes de subordinados.

QUESTÃO 7

O Centro Industrial de Contagem, CINCO, foi criado com o objetivo de expandir o parque fabril da cidade.

“O CINCO propiciaria ao município de Contagem participar ativamente da condução do seu processo de industrialização, papel até então representado pelo Estado. [...]”

CONTAGEM. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Atlas Escolar, Histórico, Geográfico e Cultural do Município de Contagem, Estado de Minas Gerais**. Contagem, 2009. p. 27. Disponível em: <https://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/comunicacao/atlascontagem.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

A criação do CINCO

- A) atendeu aos reclames da população vizinha à Cidade Industrial, contrária aos altos índices de poluição industrial.
- B) deu a Contagem o *status* de maior centro industrial do estado, com o PIB majoritariamente proveniente do setor secundário.
- C) foi baseada na lógica urbana da planta do distrito industrial da cidade de Camberra, capital da Austrália.
- D) resultou do interesse da expansão da área industrial e dos benefícios fiscais proporcionados pela criação do ICM.

QUESTÃO 8

Segundo a Lei Orgânica, ao Município Contagem compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, as seguintes atribuições, exceto:

- A) Legislar sobre assuntos de interesse local.
- B) Regulamentar as disposições e o uso dos bens públicos de uso especial.
- C) Criar guarda municipal para proteção dos bens, serviços e instalações municipais.
- D) Estabelecer e impor penalidade por infração de suas leis e regulamentos.

QUESTÃO 9

Análise as afirmativas a seguir sobre as regras previstas na Lei Orgânica do Município de Contagem sobre a Câmara Municipal e assinale com V as verdadeiras e com F as falsas.

- () A Câmara Municipal reunir-se-á em sessão ordinária, independentemente de convocação, no período de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro de cada ano.
- () O presidente da Câmara participa somente nas votações secretas e, quando houver empate, nas votações públicas.
- () O secretário pode comparecer à Câmara ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e após entendimento com a Mesa, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.
- () É assegurado o uso da palavra a representantes populares, na Tribuna da Câmara, durante as reuniões, na forma e nos casos definidos pelo Regimento.

Assinale a sequência correta.

- A) V V V V
- B) F V F F
- C) V F F F
- D) F F V V

QUESTÃO 10

Segundo o artigo 57 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Contagem, não é uma modalidade de reunião prevista:

- A) As extraordinárias, que se realizam em dia ou hora diferentes dos fixados para as ordinárias.
- B) As especiais, que se realizam para a eleição da Mesa ou para a exposição de assuntos de relevante interesse público.
- C) As comunitárias, realizadas em bairros e distritos do município, com caráter oficial e ordinário.
- D) As solenes, que se realizam para compromisso e posse dos vereadores, prefeito e vice-prefeito, e para comemorações ou homenagens.

QUESTÃO 11

De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Contagem, à Comissão de Administração e Serviços Públicos compete examinar e emitir parecer sobre a seguinte matéria:

- A) Política e desenvolvimento urbano-rural.
- B) Programas governamentais de interesse da mulher.
- C) Aplicação de recursos destinados à área da saúde.
- D) Política de desenvolvimento científico, pesquisa, difusão e capacitação tecnológicas.

QUESTÃO 12

Com base nas regras previstas na Lei nº 2.160/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Contagem e dá outras providências, assinale a alternativa incorreta.

- A) Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, nenhum servidor poderá ser privado de quaisquer de seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem se eximir do cumprimento de seus deveres.
- B) O plano de previdência social do servidor será custeado com produto da arrecadação de contribuições sociais obrigatórias dos servidores dos poderes do município, das autarquias e das fundações públicas.
- C) O auxílio-natalidade é devido à servidora, por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente a um vencimento mínimo do plano de carreira, salvo no caso de natimorto.
- D) Em caso de falecimento de servidor em serviço fora do local de trabalho, inclusive no exterior, as despesas de transporte do corpo correrão à conta dos recursos do município, autarquia ou fundação pública.

QUESTÃO 13

De acordo com a Lei Complementar nº 312/2021, que institui o Plano de Carreira dos Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Contagem, dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara de Contagem e dá outras providências, não é competência do Chefe da Escola do Legislativo

- A) coordenar a capacitação de agentes políticos e servidores públicos em assuntos de interesse político-institucional.
- B) realizar ações para o fortalecimento da cidadania.
- C) promover atividades de pesquisa e estudos em temas de interesse político-institucional.
- D) gerenciar o acervo e promover sua conservação, higienização, desinfecção e restauração.

QUESTÃO 14

Analise as afirmativas a seguir sobre as penalidades previstas na Lei nº 2.160/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Contagem e dá outras providências, e assinale com V as verdadeiras e com F as falsas.

- () Advertência e destituição de cargo em comissão são tipos de penalidade disciplinares.
- () A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder a 120 dias.
- () A demissão poderá ser aplicada em caso de inassiduidade habitual, de improbidade administrativa ou de insubordinação grave em serviço.
- () Verificada em processo disciplinar acumulação proibida, e provada a boa fé, o servidor optará por um dos cargos.

Assinale a sequência correta.

- A) V V F V
- B) F V F F
- C) V F V V
- D) F F V F

QUESTÃO 15

Analise as afirmativas a seguir sobre as regras previstas na Lei Complementar nº 312/2021, que institui o Plano de Carreira dos Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Contagem, dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara de Contagem e dá outras providências, e assinale com V as verdadeiras e com F as falsas.

- () A Presidência da Mesa Diretora é gestora legal dos serviços administrativos da Câmara.
- () Compõe a Procuradoria da Câmara a Procuradoria-Geral do Legislativo, formada pelo Procurador-Geral, pelo Procurador Adjunto e pelos Procuradores Legislativos.
- () O Procon Câmara integra o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC.
- () Os Gabinetes Legislativos exercerão as atividades atinentes aos serviços parlamentares internos e externos sob a direção do Vereador.

Assinale a sequência correta.

- A) V F F V
- B) F V V F
- C) V V V V
- D) F F F F

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 16

A Administração Pública Direta é a que compete aos órgãos

- A) da hierarquia superior do Estado.
- B) das pessoas de direito público.
- C) de quaisquer dos Poderes do Estado.
- D) do Poder Executivo, apenas.

QUESTÃO 17

O instrumento pelo qual são constituídas e reguladas as obrigações de um ente da Federação para com outro ente da Federação, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de cooperação federativa, denomina-se

- A) consórcio público.
- B) contrato de gestão.
- C) contrato de programa.
- D) termo de parceria.

QUESTÃO 18

Analise as afirmativas a seguir sobre o procedimento de manifestação de interesse social, previsto nas normas gerais relativas às parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil.

- I. Por meio do procedimento de manifestação de interesse social, as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos podem apresentar ao poder público propostas de realização de chamamento público objetivando a celebração de parceria.
- II. A Administração Pública goza de discricionariedade para decidir-se pela realização, ou não, do procedimento de manifestação de interesse social.
- III. O legislador estadual ou municipal pode condicionar a realização de chamamento público ou a celebração de parceria à prévia realização de procedimento de manifestação de interesse social.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

QUESTÃO 19

O atributo pelo qual um ato administrativo pode unilateralmente criar obrigações para os seus destinatários denomina-se

- A) autoexecutoriedade.
- B) exigibilidade.
- C) imperatividade.
- D) presunção de legalidade.

QUESTÃO 20

Analise as afirmativas a seguir sobre recurso, tendo em vista a lei federal de processo administrativo:

- I. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.
- II. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.
- III. Interposto o recurso, o órgão competente para dele conhecer deverá intimar os demais interessados para que apresentem alegações.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

QUESTÃO 21

Conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021), a respeito de contratação que tenha por objeto bens ou serviços especiais, é incorreto afirmar:

- A) A respectiva licitação deverá ser conduzida por comissão de contratação.
- B) Poderá ser realizada sob regime de contratação integrada.
- C) Poderá ser realizada sob regime de contratação semi-integrada.
- D) O critério de julgamento da respectiva licitação poderá ser o menor preço.

QUESTÃO 22

Conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021), a forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro específica para contratos cujo objeto sejam serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra denomina-se

- A) aditamento.
- B) reajustamento em sentido estrito.
- C) repactuação.
- D) revisão.

QUESTÃO 23

Na hipótese de extinção de cargo público ou declaração de sua desnecessidade, ficará em disponibilidade, até ser aproveitado em outro cargo, o servidor público que

- A) for ocupante de cargo de provimento efetivo.
- B) for ocupante de cargo de regime estatutário.
- C) tiver adquirido estabilidade no serviço público.
- D) tiver ingressado mediante concurso público.

QUESTÃO 24

Analise a seguinte conceituação de Maria Sylvania Zanella Di Pietro:

“Ato administrativo unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração Pública faculta a utilização privativa de bem público, para fins de interesse público”.

Esse conceito refere-se à

- A) autorização de uso.
- B) concessão de uso.
- C) concessão de direito real de uso.
- D) permissão de uso.

QUESTÃO 25

A respeito dos juros em processos de desapropriação, é incorreto afirmar:

- A) Os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão de posse.
- B) Os juros compensatórios são devidos na desapropriação indireta.
- C) Os juros moratórios não são acumuláveis com os juros compensatórios.
- D) Os juros moratórios são devidos se houver demora no pagamento da indenização.

QUESTÃO 26

Analise as afirmativas a seguir, referentes ao entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, sobre a ação judicial por danos causados por agente público.

- I. A ação deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público.
- II. O agente público autor do ato é parte ilegítima para a ação.
- III. É assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

QUESTÃO 27

Em determinado órgão da Administração Pública, um agente público delegou a outro o exercício de certa competência. No exercício da delegação, foi praticado ato suscetível de impugnação por mandado de segurança.

Nesse caso, contra quem cabe a propositura do mandado de segurança?

- A) Contra o delegante, apenas.
- B) Contra o delegatário, apenas.
- C) Contra o delegante e o delegatário.
- D) Contra o superior hierárquico do delegante e do delegatário.

QUESTÃO 28

Com base na interpretação fixada pelo Supremo Tribunal Federal, relativa à aplicabilidade das normas sobre improbidade administrativa, objeto da Lei nº 14.230/2021, é correto afirmar:

- A) É irretroativa a revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa, mas não o novo regime prescricional.
- B) É irretroativo o novo regime prescricional, mas não a revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa.
- C) São irretroativos a revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa e o novo regime prescricional.
- D) São retroativos a revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa e o novo regime prescricional.

QUESTÃO 29

Conforme jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal, fica caracterizada a prática inconstitucional do nepotismo se a autoridade nomeante designa para cargo em comissão, ou de confiança, o parente

- A) apenas em linha reta ou colateral, até o segundo grau, inclusive.
- B) apenas em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
- C) em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, inclusive.
- D) em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa que apresenta a finalidade para a qual não podem ser aplicados, pelo poder público municipal, os recursos auferidos com a outorga onerosa do direito de construir:

- A) Criação de unidades de conservação.
- B) Finalidades de interesse social em geral definidas no plano diretor.
- C) Ordenamento e direcionamento da expansão urbana.
- D) Regularização fundiária.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 31

Compete exclusiva e privativamente à União, exceto:

- A) Legislar sobre registros públicos, processo penal e transporte.
- B) Legislar sobre recursos minerais e organização da Defensoria Pública do Distrito Federal.
- C) Legislar sobre populações indígenas, sistema de consórcios e sorteios e sobre Defensoria Pública dos Territórios.
- D) Legislar sobre transporte, Seguridade Social, jazidas, minas e outros recursos minerais e metalurgia.

QUESTÃO 32

Com relação à competência exclusiva do Congresso Nacional, assinale a alternativa incorreta.

- A) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional escolher 2/3 (dois terços) dos membros do Tribunal de Contas da União.
- B) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, o comandante da marinha.
- C) Compete ao Congresso Nacional aprovar as iniciativas do Poder Executivo referentes às atividades nucleares.
- D) Compete ao Congresso Nacional aprovar previamente a alienação ou concessão de terras públicas com áreas superiores a 2.500 hectares.

QUESTÃO 33

Com relação à ação popular, assinale a alternativa incorreta.

- A) A sentença procedente da ação popular está sujeita ao reexame necessário, aplicando-se o artigo 496 do Código de Processo Civil.
- B) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito, senão depois de confirmada pelo Tribunal; da que julgar a ação procedente caberá apelação, com efeito suspensivo.
- C) O prazo prescricional da ação prevista na Lei nº 4717/65 é de 5 (cinco) anos.
- D) Na ação popular, o prazo para a contestação será de 20 (vinte) dias, comum a todos os réus, sendo possível a prorrogação do prazo por mais 20 (vinte) dias a requerimento do interessado, se particularmente difícil for a produção de prova documental.

QUESTÃO 34

Quanto ao que toca o Sistema Tributário Nacional, por força do texto constitucional, impõem-se normatização mediante Lei Complementar para regulamentação de certos pontos e institutos de Direito Tributário.

São imposições constitucionais, exceto:

- A) Dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, e os Municípios.
- B) Estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente, sobre definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados na Constituição, a dos seus respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.
- C) Regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- D) Definir tratamento diferenciado e favorecido para as sociedades cooperativas, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e § 12 e § 13, e da contribuição a que se refere o art. 239, todos da CRFB/1988.

QUESTÃO 35

Com relação ao instituto do *habeas corpus* e, ainda, ao entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, analise os itens a seguir.

- I. O assistente do Ministério Público não pode recorrer, extraordinariamente, da decisão concessiva de *habeas corpus* e o prazo do recurso ordinário para o STF, em *habeas corpus* é de 5 (cinco) dias, bem como a sentença de primeira instância concessiva de *habeas corpus*, em caso de crime praticado em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, está sujeita a recurso *ex officio*.
- II. É nulo o julgamento de recurso criminal, na segunda instância, sem prévia intimação ou publicação da pauta, salvo em *habeas corpus*, bem como não cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade; da mesma forma, não cabe *habeas corpus* originário para o tribunal pleno de decisão de turma, ou do plenário, proferida em *habeas corpus*.
- III. Não compete ao STF conhecer de *habeas corpus* impetrando contra decisão do relator que, em *habeas corpus* requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar e não cabe, também, *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa ou, ainda, relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- A) I e III, apenas
- B) III, apenas.
- C) II, apenas
- D) I, II e III.

QUESTÃO 36

Nos termos dispostos pela Constituição Federal, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as diretrizes a seguir, exceto:

- A) Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
- B) Participação da comunidade.
- C) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
- D) Financiamento tripartite.

QUESTÃO 37

Com relação à hierarquia das normas jurídicas e considerando que no ano de 2010 o Congresso Nacional aprovou, por meio de Decreto Legislativo, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e que essa convenção já foi aprovada com observância do estabelecido no artigo 5º, § 3º, da CRFB/1988, é correto afirmar que a norma ingressou na ordem jurídica interna como

- A) lei federal ordinária.
- B) lei complementar.
- C) emenda constitucional.
- D) *status* supralegal.

QUESTÃO 38

Ao tratar dos direitos e garantias fundamentais, a Constituição dispõe sobre o direito de reunião, assegurando que todos podem reunir-se em local aberto ao público, mas impõe algumas condições para que se exerça tal direito.

Com relação às condições impostas pela Carta Magna, assinale a alternativa incorreta.

- A) A reunião não deve inviabilizar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- B) A reunião deve ser autorizada pela autoridade competente.
- C) Os participantes não podem portar armas.
- D) Os participantes devem realizar aviso prévio para realização de reunião à autoridade competente.

QUESTÃO 39

Com relação aos denominados remédios constitucionais previstos na CRFB/1988, assinale a alternativa correta.

- A) O *habeas data* pode ser impetrado ainda que não haja uma negativa administrativa em relação ao acesso a informações pessoais solicitadas pelo interessado.
- B) A ação popular pode ser impetrada por pessoa jurídica.
- C) O particular pode figurar no polo passivo da ação de *habeas corpus*.
- D) O mandado de segurança pode, somente, ser impetrado quando as questões jurídicas forem incontroversas.

QUESTÃO 40

Quanto aos conceitos, elementos e classificações das constituições, assinale a alternativa correta.

- A) O princípio interpretativo da correção funcional, derivado do cânone hermenêutica da unidade da constituição, autoriza o intérprete máximo da constituição, quando necessário, a interpretar seus dispositivos de maneira tal que altere o esquema organizatório-funcional nela estabelecido.
- B) Quanto à estabilidade, a constituição flexível não se compatibiliza com a forma escrita, ainda que seu eventual texto admitisse livre alteração do conteúdo por meio de processo legislativo ordinário.
- C) O método hermenêutico-concretizador de interpretação constitucional embasa-se na técnica do pensamento problemático, que consiste em interpretar a norma constitucional a partir do caso concreto.
- D) Quanto aos elementos, o Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias configura um exemplo de elemento formal de aplicabilidade da CRFB/1988.

QUESTÃO 41

A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta.

- A) Os órgãos da administração direta da União, tanto quanto os estados, o DF e os municípios, têm assegurado o direito de, nos termos da lei, participar no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.
- B) Depende de aprovação da população diretamente interessada, mediante referendo, e das assembleias legislativas envolvidas, mediante a edição de leis complementares, a possibilidade de um estado se incorporar a outro, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexar a outro, ou formar novo estado.
- C) Os municípios podem criar, no exercício de sua capacidade de auto-organização, nas respectivas leis orgânicas, imunidades formais em relação aos vereadores.
- D) Como os municípios recém-criados devem ser imediatamente instalados, revela-se possível na ordem constitucional a realização de eleições extemporâneas para tal finalidade.

QUESTÃO 42

Considerando a hermenêutica constitucional, com base na doutrina de referência, assinale a alternativa correta.

- A) A norma constitucional de eficácia contida incide direta e imediatamente sobre a matéria respectiva.
- B) De acordo com o método científico-espiritual, deve-se priorizar a concretização em detrimento da interpretação, que é apenas uma etapa da concretização, visto que é impossível isolar a norma da realidade.
- C) A norma constitucional de eficácia plena tem aplicação direta e imediata, mas não integral.
- D) No método hermenêutico-concretizador, há um pensar problemático, dando-se preferência à discussão dos problemas, já que a abertura do texto constitucional inviabilizaria a possibilidade de dedução subsuntiva.

QUESTÃO 43

A CRFB/1988, no título I, capítulo II, que trata sobre os direitos sociais, estabeleceu um rol de direitos e garantias aos trabalhadores.

Com relação aos direitos, deveres e garantias previstos na Constituição, assinale a alternativa correta.

- A) O direito de greve é assegurado aos trabalhadores da iniciativa privada e aos servidores públicos civis e militares, sendo de sua competência decidir sobre a oportunidade de exercê-lo.
- B) A CRFB/1988 não previu a aposentadoria como direito social dos trabalhadores rurais e domésticos.
- C) A observância dos direitos sociais dos trabalhadores não se inclui entre os requisitos para o cumprimento da função social da propriedade rural.
- D) O direito à segurança no emprego, previsto constitucionalmente, inclui a proteção da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, a indenização compensatória, o seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário, e o fundo de garantia por tempo de serviço.

QUESTÃO 44

Considerando as disposições constitucionais sobre nacionalidade e cidadania e considerando o disposto na CRFB/1988 e a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- A) Participam do Conselho da República seis cidadãos brasileiros, com mais de 30 anos de idade, sendo dois nomeados pelo presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de dois anos.
- B) Os cargos de oficial das Forças Armadas e de ministro da Defesa não podem ser ocupados por brasileiros naturalizados.
- C) Italiano naturalizado brasileiro pode ser titular de qualquer ministério, mas não pode eleger-se presidente ou vice-presidente da República.
- D) Ucraniano naturalizado brasileiro pode ser presidente do Senado Federal.

QUESTÃO 45

Com relação às disposições constitucionais sobre Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, assinale a alternativa correta.

- A) Ao realizarem o controle abstrato de constitucionalidade, os tribunais de justiça dos estados podem analisar leis ou atos normativos municipais em face da CF ou das constituições estaduais.
- B) As disputas que envolvem direitos indígenas à reserva no território de um único estado se inserem entre as competências da justiça estadual.
- C) É da competência dos juízes federais o julgamento dos crimes cometidos a bordo de avião, ainda que se trate de voo doméstico, ressalvados os crimes militares.
- D) Os ministros de Estado e os membros do Conselho Nacional do Ministério Público são processados e julgados originariamente pelo STF nos crimes de responsabilidade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 46

Acerca da atuação do Poder Legislativo em juízo, é correto afirmar:

- A) Em circunstâncias especiais, o Poder Legislativo pode se fazer presente em juízo por sua Procuradoria-Geral, Consultoria-Geral ou Advocacia-Geral, na defesa de seus interesses institucionais, apesar de não deter personalidade jurídica própria, por ser órgão da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- B) A falta de personalidade jurídica conduz necessariamente à ausência de capacidade de estar em juízo do Poder Legislativo e à falta de capacidade postulatória de sua Procuradoria-Geral, Consultoria-Geral ou Advocacia Geral.
- C) Os Poderes Legislativos não possuem personalidade judiciária para prestar informações em Mandado de Segurança e para atuarem na defesa da constitucionalidade de dispositivos questionados por ações de controle de constitucionalidade.
- D) O Superior Tribunal de Justiça, ao interpretar a legislação infraconstitucional, consagrou o entendimento de que as câmaras municipais são órgãos autônomos, carentes de personalidade jurídica e, portanto, sem capacidade judiciária para a defesa em juízo de seus interesses institucionais próprios e atrelados à sua independência e seu funcionamento.

QUESTÃO 47

Sobre os limites e a extensão da personalidade judiciária dos Poderes Legislativos, é incorreto afirmar:

- A) A atuação dos Poderes Legislativos em juízo é limitada, sendo vedada a em relações processuais que tenham repercussão meramente patrimonial.
- B) Existe um rol taxativo que demonstra quais são os âmbitos que podem ser afetados pelos seus denominados interesses e prerrogativas institucionais.
- C) Os Poderes Legislativos possuem legitimidade judiciária para estar em juízo, em nome próprio, na defesa de sua autonomia e independência funcional, orçamentária e financeira ou de seus direitos ou prerrogativas institucionais, mesmo em casos em que não haja conflito com outros órgãos públicos.
- D) Em casos de conflito do Poder Legislativo com outros Poderes ou outros órgãos estatais, aquele terá legitimidade judiciária para ser parte em juízo, por sua Procuradoria-Geral, Consultoria-Geral ou Advocacia Geral, na defesa de sua autonomia e independência funcional.

QUESTÃO 48

Tendo em vista as disposições trazidas na Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil) e, também, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o instituto da remessa necessária, é possível afirmar que estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal

- A) as decisões interlocutórias proferidas contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público.
- B) as sentenças que julgarem procedentes, apenas no todo, os embargos à execução fiscal.
- C) as sentenças cujo valor da condenação, do proveito, do benefício ou da vantagem econômica em discussão for de valor certo e líquido inferior 100 (cem) salários-mínimos para todos os Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público.
- D) as sentenças proferidas contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas autarquias e fundações de direito público, quando não for possível precisar, desde logo, o valor da condenação.

QUESTÃO 49

Segundo a Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil), contra os despachos do juiz será cabível

- A) agravo de instrumento.
- B) apelação.
- C) embargos de declaração com efeitos infringentes.
- D) nenhum recurso.

QUESTÃO 50

Sobre a execução contra a Fazenda Pública, é correto afirmar:

- A) O STJ possui entendimento sumulado no sentido do não cabimento de execução por título extrajudicial contra a Fazenda Pública.
- B) Quando fundada em título executivo judicial, a Fazenda será citada para opor embargos em trinta dias.
- C) A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.
- D) Havendo condenação em quantia certa e não ocorrendo pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, o débito será acrescido de multa de dez por cento, sendo tal multa também aplicável à Fazenda Pública, como disposto pelo artigo 534, § 2º, do Código de Processo Civil.

QUESTÃO 51

Acerca do instituto da tutela provisória, assinale a alternativa incorreta.

- A) Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode se limitar ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.
- B) A tutela de urgência poderá ser deferida e efetivada contra o poder público antes do trânsito em julgado do processo.
- C) Se antes do trânsito em julgado ocorrer a estabilização da tutela antecipada requerida contra a fazenda pública, decorrente da não interposição de recurso pelo ente público, será possível a imediata expedição de precatório.
- D) O indeferimento da tutela cautelar obsta a formulação do pedido principal quando o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.

QUESTÃO 52

Com base no disposto na Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil), na legislação extravagante aplicável e na jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- A) Poderá o juiz conceder mandado liminar em ação civil pública, desde que com justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.
- B) A suspensão da liminar em mandado de segurança, salvo determinação em contrário da decisão que a deferir, vigorará até o trânsito em julgado da decisão definitiva de concessão da segurança ou, havendo recurso, até a sua manutenção pelo Supremo Tribunal Federal, desde que o objeto da liminar deferida coincida, total ou parcialmente, com o da impetração.
- C) A desistência do mandado de segurança pelo impetrante, depois de proferida decisão de primeira instância a ele favorável, é inadmitida.
- D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político, mesmo que não tenha representação no Congresso Nacional.

QUESTÃO 53

Assinale a alternativa que está em desconformidade com o entendimento sumulado pelo STF e / ou pelo STJ.

- A) A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança e tem como requisitos a manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas e a inexistência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado.
- B) Ao titular do cargo de procurador de autarquia não se exige a apresentação de instrumento de mandato para apresentá-la em juízo.
- C) Extingue-se o processo de mandado de segurança se o impetrante não promove, no prazo assinado, a citação do litisconsorte passivo necessário.
- D) A Fazenda Pública, quando parte no processo, fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito.

QUESTÃO 54

Acerca das disposições legais aplicáveis aos Juizados especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa incorreta.

- A) O prazo para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, não será diferenciado, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- B) Serão de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos, desde que o valor da causa não ultrapasse 40 (quarenta) salários-mínimos.
- C) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
- D) Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública, como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.

QUESTÃO 55

O Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 2015) estimulou expressamente a solução consensual de conflitos.

Nesse sentido, tendo em vista o fenômeno da “consensualidade administrativa”, é incorreto afirmar:

- A) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios terão discricionariedade para criar câmaras de mediação e conciliação, com atribuições relacionadas à solução consensual de conflitos no âmbito administrativo.
- B) Para parcela da doutrina, o artigo 174 do CPC/2015 traz um rol meramente exemplificativo de atribuições das câmaras de mediação e conciliação.
- C) O Código de Processo Civil atribuiu relevância ímpar à consensualidade, tornou a norma fundamental do processo civil (artigo 3º, §§ 2º e 3º) e dedicou um capítulo exclusivamente à matéria.
- D) Segundo a doutrina, o princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo simboliza o respeito à liberdade das partes de elegerem a melhor forma de conduzir o processo, sendo este intrínseco à cooperação.

DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL

QUESTÃO 56

Com base nos instrumentos de política urbana, assinale a alternativa correta.

- A) Os imóveis públicos são passíveis de usucapião.
- B) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em título da dívida pública.
- C) O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, para as cidades com população igual ou superior a vinte mil habitantes, é instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- D) A Política de Desenvolvimento Urbano é executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes fixadas em lei, e tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

QUESTÃO 57

O sistema de informações é um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Nos termos da legislação, são princípios básicos do funcionamento desse sistema

- A) a descentralização do processo de tomada de decisões, a centralização do processo de elaboração institucional e o direito à informação.
- B) a publicidade das informações, a coordenação unificada do sistema de coleta dos dados e a descentralização do processo de tomada de decisões.
- C) a descentralização da obtenção e produção de dados e informações, a coordenação unificada do sistema e a garantia de acesso aos dados e informações a toda a sociedade.
- D) a integração regional na coleta de informações, a centralização administrativa no processo de sistematização de dados, a transparência do processo na tomada de decisões e a publicidade.

QUESTÃO 58

A Constituição Federal de 1988, quanto às discriminações de competências urbanísticas

- A) fixa a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para promover a construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
- B) prevê a competência privativa dos Estados e do Distrito Federal para a criação, organização ou supressão de distritos.
- C) atribui competência privativa da União para instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por Municípios limítrofes.
- D) estabelece a competência comum entre todos os entes federados para a defesa permanente contra calamidades públicas, secas e inundações.

QUESTÃO 59

Sobre o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), é correto afirmar:

- A) Lei municipal, baseada no plano diretor, pode conferir ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação a título oneroso ou gratuito entre particulares.
- B) Com o advento do Estatuto da Cidade, restou vedada a ampliação do perímetro urbano dos municípios, como forma de proteger o patrimônio ambiental.
- C) Se considera subutilizado o imóvel cujo aproveitamento não esteja em consonância com o estipulado no zoneamento ambiental, estabelecido na lei orgânica de cada município e registrado no cartório de registro de imóveis.
- D) O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e a Contribuição de Melhoria são instrumentos da política urbana, configurados como institutos tributários e financeiros.

QUESTÃO 60

Sobre a responsabilidade ambiental, assinale a alternativa correta.

- A) Tratando-se de matéria ambiental, admite-se a desconsideração da pessoa jurídica sempre que sua personalidade seja obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- B) A formação de litisconsórcio passivo é obrigatória nas ações judiciais que tenham como objetivo a reparação de danos ambientais.
- C) A responsabilização do causador do dano ambiental, no Brasil, prescinde da demonstração do nexo de causalidade.
- D) Em caso de cometimento de infrações administrativas, as sanções cabíveis não abrangem a aplicação de penas restritivas em relação aos direitos do infrator.

FOLHA DE RESPOSTAS (VERSÃO DO CANDIDATO)

1	A	B	C	D	21	A	B	C	D	41	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2	A	B	C	D	22	A	B	C	D	42	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3	A	B	C	D	23	A	B	C	D	43	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4	A	B	C	D	24	A	B	C	D	44	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5	A	B	C	D	25	A	B	C	D	45	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6	A	B	C	D	26	A	B	C	D	46	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7	A	B	C	D	27	A	B	C	D	47	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8	A	B	C	D	28	A	B	C	D	48	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9	A	B	C	D	29	A	B	C	D	49	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	A	B	C	D	30	A	B	C	D	50	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	A	B	C	D	31	A	B	C	D	51	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	A	B	C	D	32	A	B	C	D	52	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	A	B	C	D	33	A	B	C	D	53	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	A	B	C	D	34	A	B	C	D	54	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	A	B	C	D	35	A	B	C	D	55	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	A	B	C	D	36	A	B	C	D	56	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	A	B	C	D	37	A	B	C	D	57	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	A	B	C	D	38	A	B	C	D	58	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	A	B	C	D	39	A	B	C	D	59	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	A	B	C	D	40	A	B	C	D	60	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS,
OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

**ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.**